



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

MINUTA DE CRIAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO BRASILEROS

NEAB UFRPE

RECIFE, AGOSTO DE 2007

Os Departamentos de Educação, de Letras e Ciências Humanas e de Economia Doméstica da UFRPE propõem a criação de um NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS – NEAB UFRPE, numa perspectiva interinstitucional que concebe as atividades acadêmicas numa interface ativa e dinâmica com os Movimentos Sociais, as Organizações Não governamentais e Governamentais. A natureza e a especificidade do NEAB UFRPE têm sido pensadas no contexto dos Núcleos de Estudos Afro- Brasileiros existentes nas universidades públicas brasileiras, mas a partir das discussões coletivas desenvolvidas pelos/as professores/as e instituições partícipes do processo de constituição do Núcleo. O NEAB UFRPE visa ampliar e consolidar os trabalhos sociais e de pesquisa que vinham se desenvolvendo na UFRPE, particularmente no Departamento de Letras e Ciências Humanas.

Esses núcleos têm se constituído enquanto espaço de produção acadêmica em várias universidades públicas federais e estaduais. Em 1959, na UFBA temos o surgimento do primeiro centro de estudos sobre o negro no Brasil, o CEAU/UFBA, em 1975 foi criado o Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Cândido Mendes. Em 1981 o Centro de Estudos Afro-brasileiros da UFAL, que posteriormente passou a ser chamado de Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, depois teve a criação do NEAB da Universidade Federal do Maranhão, o NEAB da Universidade Federal de Sergipe, da Universidade Federal de São Carlos, entre outros, nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. Nos últimos anos surgiu um conjunto significativo de Núcleos. Em Pernambuco temos o Núcleo de Estudos Brasil-África da UFPE, que não tem participado da Rede de NEABs constituída a partir do III Congresso de Pesquisadores Negros, que ocorreu na UFMA em 2004 e o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Faculdade de Goiana, Pernambuco. Nos anos 70 também tivemos a criação do Centro de Estudos Afro Brasileiros da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

As pesquisas, os estudos e as atividades de extensão desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos Afros brasileiros contribuíram com o desenvolvimento e a ampliação do campo temático das relações étnico-raciais nas universidades. O aumento do número de mestres e doutores ligados aos Núcleos é um fator que intensifica a produção acadêmica. Mesmo havendo uma diversificação temática na produção dos núcleos, podemos perceber uma centralidade analítica nos temas ligados à história e a educação. A relação entre o racismo e a educação, nas suas diferentes expressões, ou seja, no livro didático, no cotidiano de sala de aula, nas brincadeiras foram tratados e

contribuíram com a elaboração de espaços de discussão fundamental ao nascimento de uma pedagogia crítica anti-racista e interétnica.

Há uma intersecção entre a produção acadêmica e a dinâmica de atuação dos movimentos sociais negros, nas suas mais diferentes dimensões, blocos afro, escolas comunitárias, escolas de samba, maracatus, organizações religiosas, que desenvolveram uma variedade de experiências educativas junto à juventude negra, negro mestiça, branca nos bairros e territórios de maioria negra nos espaços urbanos e rurais das cidades brasileiras. Muitas dessas experiências foram estudadas e transformadas em dissertações e teses. Há um crescimento significativo nos últimos anos da produção bibliográfica referente à problemática das relações étnico-raciais.

Podemos afirmar que o espaço acadêmico dos Núcleos de Estudos Afro brasileiros contribuiu de forma significativa na elaboração de alternativas de intervenção social e reflexão acadêmica referente à história da população negra na sociedade brasileira. Contudo a configuração e articulação institucional dos Núcleos têm, nos primeiros anos do novo milênio cristão, se caracterizado e se constituído num cenário distinto. A Fundação Cultural Palmares, o Centro de Estudos Afro Orientais da UFBA – CEAO- UFBA e o CNPq promoveram o primeiro Encontro Nacional de Núcleos de Estudos Afro Brasileiros em Salvador, em 2001, com o objetivo de criar uma rede de cooperação entre os Núcleos e os Centros de Pesquisa fortalecendo a sua atuação no campo acadêmico-institucional. Mas a intenção se restringiu a criação de um protocolo de intenções e ao financiamento pontual de publicações da Fundação Cultural Palmares.

Essa iniciativa produziu uma maior aproximação entre os núcleos que passaram a constituir outros fóruns de articulação e discussão. Se por um lado tivemos o desenvolvimento e consolidação dos espaços de cooperação entre os NEABs, inclusive com a criação de um consórcio nacional de NEABs, por outro lado, acompanhamos, enquanto expressão desse mesmo processo o nascimento, o crescimento e a ampliação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN, que já realizou quatro Congressos Nacionais. Esses congressos aconteceram basicamente no Nordeste do Brasil, apenas o segundo congresso ocorreu na Universidade Federal de São Carlos em São Paulo. Os outros aconteceram na Universidade Federal de Pernambuco, na Universidade Federal do Maranhão e na Universidade Estadual da Bahia. Organizar o texto

Todavia, para aprofundarmos o nosso olhar sobre o tema é necessário situarmos o desenvolvimento da discussão e da formulação das Políticas Públicas de Ações Afirmativas no Ensino Superior. Segundo Vida (2003), a perspectiva anti-racista inscrita na Constituição Federal de 1988 impõe ao Estado Brasileiro a adoção de **Ações Afirmativas**¹ nos objetivos constitutivos da República, bem como, a inclusão do recorte racial nas políticas públicas desenvolvidas, como decorrência do caráter multicultural e pluriétnico da formação social brasileira.

Nos últimos anos passamos a discutir amplamente o problema do racismo no interior das relações sociais. Essa discussão tem contribuído para a construção de políticas públicas com recorte racial em diferentes planos, tencionando ainda mais o **Mito da Democracia Racial** brasileira. A reivindicação das cotas é a que tem mais visibilidade pública, a que causa mais polêmica. Desdobrar a reflexão sobre cotas e ações afirmativas.

A III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, que aconteceu em Durban, África do Sul, em setembro de 2001 foi um acontecimento que contribuiu, enquanto ponto de sinergia, para repensarmos profundamente os problemas das relações étnico-raciais e culturais entre os países e, no interior dos próprios países. O Brasil, enquanto país signatário da DECLARAÇÃO DE DURBAN compromete-se a implantar as suas resoluções.

Tendo como referência o documento de Durban, podemos afirmar que:

1. (...) *o colonialismo levou ao racismo, a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que os africanos e afrodescendentes, os povos de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas de suas conseqüências (...)*

¹ “as medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização de grupos sociais decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros, até que se atinja a igualdade de competitividade” (FCP, 2001:13)

2. (...) *reconhecemos que as escravidões no nosso entendimento, são crime contra a humanidade e assim devem ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, (...)*

Um conjunto de estudos (HENRIQUES, 2001), (PAIXÃO, 2003) desenvolvidos por pesquisadores de diferentes universidades passou a apontar a necessidade de Políticas Públicas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. Os estudos afirmam que, se mantivermos as atuais políticas de educação, apenas daqui a 20 anos os negros terão a média de escolaridade tida hoje pelos brancos. Considerando a meta de conclusão do ensino médio, os brancos deverão alcançá-la em 13 anos, enquanto os negros necessitarão de 32 anos, caso não sejam criadas ações afirmativas.

No entanto, há uma discussão em curso que, mesmo inicialmente, é necessário levantar. Os Programas de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras podem contribuir em diferentes dimensões instituindo novos formatos institucionais, mais dinâmicos, abertos, dialógicos apontando para o que SANTOS (2004) indica como possibilidade de revolucionarmos epistemologicamente as universidades, através de uma *ecologia de saberes que*

Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade. De par com a euforia tecnológica, ocorre hoje uma situação de falta de confiança epistemológica na ciência que deriva da crescente visibilidade das conseqüências perversas de alguns progressos científicos e do facto de muitas promessas sociais da ciência moderna não se terem cumprido (Santos, 2004:76).

As Ações Afirmativas, nesse sentido, abrem ricas possibilidades de instauração de novas vivências no seio das universidades brasileiras, na criação de redes inter-universitárias que tensionem a estrutura herdada e, apontem para uma *reorientação profunda desse formato institucional.*

Sendo assim, podemos afirmar que está em curso a necessidade de produzirmos um projeto de nação ou pós-nação numa perspectiva multicultural e pluriétnica.

Segundo SANTOS (2003), o termo **multiculturalismo**, *se tornou um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global*. Ainda segundo ele, a noção de multiculturalismo é controversa e crivada por tensões, sendo possível a sua utilização simultânea ou alternadamente, para **descrever** realidades culturais múltiplas no mundo, como também, para anunciá-lo enquanto um **projeto político cultural** orientador de políticas de identidades. Nesse sentido, podemos perceber um universo variado de concepções e tendências em torno das perspectivas multiculturais.

Acreditamos ser, tal discussão, nuclear, não por modismo acadêmico, mas por ser capaz de provocar outros modos de abordagem, de questionar as concepções críticas progressistas no campo da educação, da economia, da história, das práticas políticas e das vivências cotidianas.

Sendo assim, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFRPE, poderá desempenhar um papel acadêmico específico, na medida em que, a partir de seu espaço institucional, **centrado na discussão das relações étnico-raciais** numa perspectiva analítica que articula dialeticamente os conceitos de gênero, classe, raça/etnia e dialoga criticamente com as questões do racismo, das ações afirmativas, da agroecologia, da economia solidária, e assim, contribuir com o desenvolvimento de novas relações sócio-culturais que apontem para a construção de um novo projeto de sociedade que respeite e possibilite o desenvolvimento da diversidade cultural brasileira.

Esse complexo e conflituoso processo de produção de identidades e gestação de novos paradigmas de desenvolvimento desencadeado nos últimos anos necessitará ser aprofundado e articulado com consistência e de forma transdisciplinar a fim de apreender a complexidade dos processos que produzem as desigualdades e a exclusão sócio-racial na contemporaneidade e contribuir com a sua superação. Sendo um campo temático recente, precisa ser ampliado e consolidado academicamente nas universidades brasileiras. Para tanto,

O NEAB UFRPE tem por objetivos:

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente articuladas com outras universidades, organizações não governamentais,

governamentais e movimentos sociais negros sobre a realidade da população afro-brasileira nos espaços urbanos e rurais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Pesquisar as relações étnico-raciais vividas pela população afro-brasileira, nos seus variados aspectos, levando em consideração as novas abordagens teórico-metodológicas.
2. Desenvolver Programas de Formação que subsidiem a implementação da Lei 10.639/03 e do Parecer 03/04 do Conselho Pleno - CP do Conselho Nacional de Educação - CNE junto as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.
3. Desenvolver Programas e/ou projetos de pesquisa e extensão com instituições governamentais, não governamentais e movimentos sociais.
4. Promover eventos que fomentem a discussão das relações étnico-raciais na Universidade e na sociedade
5. Participar, discutir, fomentar e contribuir na elaboração de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial.
6. Intensificar o intercâmbio acadêmico com os países africanos e da diáspora africana.
7. Participar de Fóruns Locais, Regionais, Nacionais e Internacionais que estejam em consonância com seus objetivos.
8. Implementar uma Política Editorial que dissemine a produção de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e as pesquisas do NEAB UFRPE.

O NEAB UFRPE, enquanto Núcleo Temático Interdepartamental, após a sua criação, segundo os requisitos institucionais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, elaborará o seu Regimento Interno que normatizará o seu funcionamento, estrutura organizativa, fontes de financiamento, formas de parceria interinstitucional e a sua gestão.

Para tanto, o NEAB será coordenado, provisoriamente, por uma Comissão constituída por 04 (quatro) membros. Sendo 03 (três) professores/as efetivos, indicados pelos departamentos envolvidos no NEAB, e 01 (um/a) representante das instituições

que participaram efetivamente de todo o processo de discussão: Coordenação de Estudos Afro-brasileiros da FUNDAJ, o Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais–GTERÊ da Prefeitura do Recife e o Instituto Islâmico do Recife. A Comissão provisória do NEAB UFRPE terá um período de 06 (seis) meses de atuação, a partir do seu lançamento no mês de outubro de 2007, para desenvolver as seguintes atividades:

1. Elaborar uma Proposta de Regimento Interno que deverá versar sobre a estruturação, funcionamento, gestão, manutenção material e financeira do NEAB UFRPE.
2. Coordenar as reuniões, atividades e eventos desenvolvidos nesse período, elaborar projetos e/ou programas e apresentar relatórios de atividades.
3. Representar o NEAB UFRPE institucionalmente.
4. Encaminhar para apreciação, discussão e aprovação a proposta de Regimento Interno elaborada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Manoel de Almeida. A pedagogia interétnica na Escola Criativa Olodum e na rede municipal de ensino. In: **Gbàlà**. Aracaju: Saci, 1996.

CUNHA Jr., Henrique. Africanidades brasileiras e pedagogias interétnica . In: **Gbàlà**. Aracaju: Saci, 1996.

_____, Afrodescendência, pluriculturalismo e educação. In: **Educação, Sociedade & Culturais**. n. 10, Porto: Afrontamento. out. 98

DIRETRIZES CURRRICULARES MNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília, DF, MEC, out. 2004

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Reflexões e propostas para uma agenda Nacional antidiscriminatória e de promoção da igualdade**. Brasília: julho, 2001.

GAGNEBIN, Jean-Marie. Prefácio - Walter Benjamin ou a história aberta. In: WALTER, Benjamin. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: 1994. (Obras Escolhidas; v.1)

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para discussão n.807).

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: Schawarcz, Lilia Moritz, REIS, Letícia de Souza (orgs.), **Negras Imagens**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003

SANTANA, Moisés de Melo, TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Um olhar avaliativo sobre o Programa e Ações Afirmativas da UFAL. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Cotas Raciais no Brasil: a primeira Avaliação**. Rio de Janeiro: DP& A, 2007.

_____. População negra: pesquisa e ações sociais no norte e nordeste do Brasil. In: FUMES, Neiza Fredeirico, PIZZI, Laura Cristina Vieira (orgs.). Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: EDUFAL, 2007.

SANTOS, B.S. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A universidade do século XXI: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004

SUNDIATA, Ibrahim. Repensando o africanismo da diáspora. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996

SIGNATÁRIOS:

DEPARTAMENTOS DA UFRPE

ECONOMIA DOMÉSTICA

Profa. Ivna Borges da Costa

Profa. Maria de Fátima Massena de Melo

EDUCAÇÃO

Prof. Antonio Cândido V. V. de Siqueira

Profa. Ana Maria Dubeux Gervais

Prof. Cirdes Nunes Moreira

Prof. Guilherme José de Vasconcelos Soares

Profa. Hulda Helena Coraciara Stadler

Profa. Irenilda de Souza Lima

Prof. Jorge Luiz Schimer de Mattos

Prof. Jorge Roberto Tavares de Lima

Prof. Marcos Antonio Bezerra Figueredo

Profa. Maria Elizabeth Pereira dos Santos

Profa. Maria Mercês Cavalcanti Cabral

Prof. Moisés de Melo Santana

Prof. Paulo de Jesus

LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Cláudio Moraes de Souza

Prof. Délio Mendes da Fonseca e Silva

Prof. João Morais de Sousa

Profa. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva

Profa. Wellington Barbosa da Silva

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Claudilene Maria da Silva

(Coordenadora do Núcleo de Cultura Afro brasileira da Secretaria de Cultura do Recife)

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR MARIA DA CONCEIÇÃO

Profa. Maria Lúcia Gomes dos Prazeres

DJUMBAY

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Moisés Fernandes Correia

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ
CENTRO DE ESTUDOS AFRO BRASILEIROS - CEAB

Carlos Sant'Anna Guimarães
Ronaldo Sales

GRUPO DE ESTUDOS AFROBRASILEIROS MALUNGUINHO

Profa. Valéria Gomes Costa

INSTITUTO ISLÂMICO DO RECIFE

Prof. Ailton Gomes dos Prazeres

OBSERVATÓRIO NEGRO

Ana Paula Maravalho
Maria de Jesus Moura

PREFEITURA DO RECIFE

**GRUPO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS – GTERÊ**

Auxiliadora Maria Martins da Silva